



UMA AVALIAÇÃO ESTRUTURADA DO ARRANJO INSTITUCIONAL-REGULATÓRIO DO SETOR ELÉTRICO BRASILEIRO: VISÕES DOS PRINCIPAIS AGENTES E INSUMOS PARA APERFEIÇOAMENTO DO MODELO

GCR 1 / Bloco 1

Eduardo Müller-Monteiro

Patricia Guardabassi

Richard Lee Hochstetler

CONTEXTO



PD-0678-0314-2014

Arquitetura de mercado
para a comercialização de energia elétrica no Brasil:
análise, simulação e propostas

Executor:



Patrocinadores:



INTRODUÇÃO

O aperfeiçoamento regulatório e institucional do mercado de energia elétrica depende do claro diagnóstico sobre os principais problemas que o setor enfrenta e da definição das políticas públicas adequadas para a solução dos mesmos.

Mas a análise de questões regulatórias no setor elétrico brasileiro é complexa pela sua grande diversidade:

- múltiplas fontes energéticas e tecnologias empregadas;
- variedade de contratos firmados entre os agentes;
- diferentes perfis de carga dos consumidores, entre outros.

A avaliação de qualquer alteração no marco legal ou regulatório do setor precisa considerar as particularidades dos agentes do setor e suas interdependências.

- Essa metodologia é indicada para pesquisas exploratórias nas quais se busca obter uma melhor compreensão a respeito de questões complexas.
- BONI e QUARESMA (1): *“a dinâmica de interação e proximidade entre entrevistador e entrevistado permite a abordagem de assuntos mais complexos e delicados, favorecendo a obtenção de respostas espontâneas, as quais podem gerar questões inesperadas ao entrevistador.”*

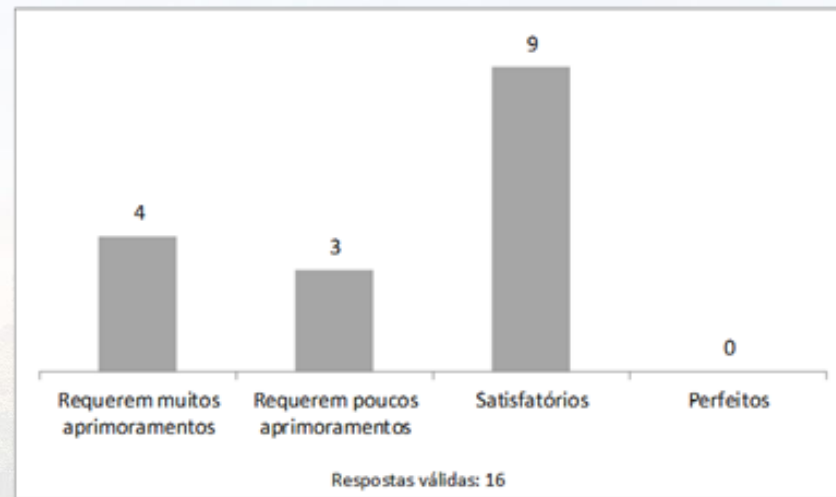
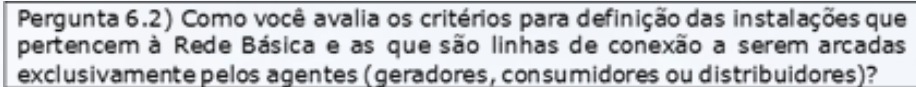
TEMAS E ENTREVISTADOS

42 perguntas para 27 entrevistados, no 1ª semestre de 2015, e agrupadas em 9 grandes temas:

1. planejamento da expansão;
2. sistemática de leilões;
3. transmissão;
4. aspectos op. da ger. hidrelétrica;
5. aspectos op. da ger. termelétrica;
6. distribuição;
7. comercialização;
8. mercado de curto prazo; e
9. governança institucional.

Data	Empresa	Área de domínio setorial ou tipo de atividade dos entrevistados								
		Geração	Transmissão	Distribuição	Comercialização	Poder Público	Financiador	Consultoria	Associação	Universidade
16/abr/15	CPFL Renováveis	X								
23/abr/15	Compass				X				X	
23/abr/15	Duke Energy (CTG)	X			X					
27/abr/15	EDP 1	X		X	X					
28/abr/15	Energisa	X		X	X					
28/abr/15	EDF	X								
28/abr/15	BNDES						X			
29/abr/15	GESEL/UFRJ									X
29/abr/15	ONS					X				
29/abr/15	PSR							X		
29/abr/15	Light	X		X	X					
30/abr/15	TCU					X				
30/abr/15	MME					X				
30/abr/15	ANEEL	X	X			X				
05/mai/15	Alupar	X	X							
06/mai/15	Abraget	X							X	
08/mai/15	EDP 2	X		X	X					
13/mai/15	Abrace					X			X	
14/mai/15	Abraceel	X		X	X				X	
18/mai/15	Comerc	X		X	X					
26/mai/15	Tractebel (Engie)	X			X					X

Pergunta 3.5) Há sempre discrepâncias entre o planejado e o que efetivamente realizado (empreendimentos atrasam, há desistências, há sobre custos, ocorrem eventos de Força Maior, há diferenças entre o desempenho efetivo e planejado, o comportamento estocástico dos recursos energéticos naturais se altera-se, a evolução da carga se altera...). Como você avalia o arranjo de mercado atual para lidar com esses problemas?



RESULTADOS (1 de 3)

(1) Planejamento da expansão

(2) Sistemática de leilões

(3) Transmissão

- Visão consolidada: fragilidade do planejamento (“errático”, “imprevisível”, critérios pouco transparentes, sem visão de longo prazo e com objetivos pouco claros.)
- Muito focada no curto prazo, excessivo peso à modicidade tarifária, desprezo pela sustentabilidade de longo prazo
- Baixo realismo nos dados de entrada para os modelos computacionais
- Coordenação entre G e T mal avaliada: “usina sem linha, linha sem usina”
- O processo de definição de Garantias Físicas precisa ser revisto
- Predisposição para viabilizar expansão via ACL, mas acompanhada de alterações nas estruturas contratuais

(6) Distribuição

RESULTADOS (3 de 3)

(7) Comercialização

(8) Mercado de curto prazo

(9) Governança institucional

- Superposições de papéis mais citadas:
 - a) TCU agindo como regulador;
 - b) MME agindo como regulador;
 - c) CCEE agindo como MME; e
 - d) Congresso Nacional tentando regular.
- Preocupação c/ necessidade de “relações mais formais e institucionais, s/ fluxos informais e pessoais”.
- Governança da EPE, Aneel, ONS e CCEE:
 - a) a alta interferência política sobre a EPE; b) EPE não ouve a sociedade e os agentes;
 - c) a baixa independência do ONS em relação às pressões do governo;
 - d) a insistente atuação do MME sobre os três demais órgãos (EPE, ONS e CCEE), sobrepondo objetivos políticos aos critérios que deveriam ser eminentemente técnicos.

CONCLUSÕES (1 de 2)

Pontos Fortes

- O sistema de contratação e financiabilidade de longo prazo derivada de leilões competitivos
- Existência de instituições setoriais especializadas (a despeito dos problemas de governança e interferência política)
- Liberdade e flexibilidade de contratação disponibilizadas no ACL

Pontos Fracos

- Governança/clareza de papéis das instituições
- Formação de preços
- Estrutura de incentivos aos agentes
- Gestão de risco
- Concatenação entre geração e transmissão
- Definição do papel das distribuidoras frente às novas realidades de mercado
- Concessões hidrelétricas no regime de cotas
- Capacidade de adaptação do sistema às condições vigentes

CONCLUSÕES (2 de 2)

Os resultados revelaram, em termos gerais, que as respostas obtidas no primeiro semestre de 2015 apontaram para uma preocupação generalizada com o futuro do setor elétrico brasileiro, especialmente devido:

- à demasiada interferência do governo e
- às reiteradas alterações regulatórias visando a corrigir aspectos pontuais...

... mas que conjuntamente:

- corromperam a coerência do modelo setorial e
- prejudicaram a construção de uma visão sistêmica e de longo prazo...


... gerando um ambiente marcado por insegurança jurídica e instabilidade.

Eduardo Müller-Monteiro



 (11) 3704-7733

 eduardo.monteiro@acendebrasil.com.br

 www.acendebrasil.com.br